

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

194 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 05 a 02/02/2024

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Debate sobre ao Conselho Europeu e o apoio à Ucrânia	1
Debate sobre a situação dos agricultores e preços dos produtos agrícolas	2
Acordo entre a UE e Angola para facilitação do investimento sustentável	3
Estado de direito na Grécia	4
Outros debates	4
2. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL E APOIO À UCRÂNIA - ACORDO	5
QFP 2021-27	5
Mecanismo de Apoio à Ucrânia e STEP	6
3. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - REGULAMENTO	6
4. COMBATE DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES - ACORDO POLÍTICO	7
5. REGULAMENTO INDÚSTRIA DE IMPACTO ZERO - ACORDO POLÍTICO	8
6. COMISSÃO EUROPEIA - REDUÇÃO DE EMISSÕES ATÉ 2040	8
7. COMISSÃO EUROPEIA - GESTÃO DO CARBONO INDUSTRIAL	9
8. COMISSÃO - LEGISLAÇÃO SOBRE ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS	9
9. DESINFORMAÇÃO - STRATCOM E RÚSSIA	10
10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	10
Reunião informal dos ministros da Coesão	10
Reunião informal dos ministros da Competitividade (Mercado Interno e Indústria)	11
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	11
Parlamento Europeu	11
Comissão Europeia	11
Conselho da União Europeia	11
Cooperação interparlamentar	11

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU¹

Esta semana, teve lugar [a sessão plenária do PE](#), em Estrasburgo, sendo de destacar os seguintes debates:

Debate sobre ao Conselho Europeu e o apoio à Ucrânia

Demos nota, na Síntese n.º [193](#), da realização do **Conselho Europeu Extraordinário de dia 1 de fevereiro** e das Conclusões adotadas. Esta semana, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, [debateram com os Deputados](#) os resultados dessa Cimeira.

O Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel (discurso [aqui](#)), afirmou que a mensagem enviada pela UE é de *"determinação, unidade e liderança"*, com as decisões de abrir negociações de adesão com a Ucrânia e a Moldávia, de conceder à Geórgia o estatuto de candidato e de fazer progressos com os Balcãs Ocidentais. No que diz respeito à Ucrânia, salientou ainda a aprovação de um novo pacote de ajuda financeira ao país, e acrescentou que a UE *"não se deixará intimidar pela Rússia"* e apoiará a Ucrânia *"enquanto for necessário"*. Michel reiterou a promessa da UE de fornecer mais munições ao país e afirmou que *"cada euro mobilizado para a Ucrânia é um investimento na nossa própria segurança, prosperidade e estabilidade"*. Neste contexto, lançou *"um apelo solene à Câmara dos Representantes dos Estados Unidos para que liberte rapidamente os 60 mil milhões de dólares necessários para garantir a estabilidade financeira da Ucrânia."*

No que se refere ao Médio Oriente, afirmou que a UE deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance para evitar uma escalada regional do conflito, fazer face à emergência humanitária e continuar a defender a solução de dois Estados. Reafirmando que o respeito pelo direito internacional está no ADN da UE, rejeitou veementemente a aplicação de "dois pesos e duas medidas" na avaliação deste conflito. Neste âmbito, identificou os três foram objeto das discussões estratégicas no Conselho; i) a UE de fazer tudo o que for possível para **evitar uma escalada regional**, referindo-se aos incidentes extremamente graves no Mar Vermelho; ii) a **situação humanitária**, considerando que *"Todas as vidas civis contam e todas as vidas civis devem ser respeitadas. O direito internacional, evitando a duplicidade de critérios, significa ser muito firme e muito determinado na abordagem desta questão"*; iii) o processo de paz e da solução de dois Estados, reiterando que a UE *"nunca vacilou, nunca hesitou, mesmo quando, no passado, alguns dos nossos parceiros tinham dúvidas sobre a solução dos dois Estados"*.

Finalmente, e observando que tal não estava formalmente inscrito na ordem de trabalhos do Conselho Europeu, referiu-se ao debate havido sobre a **situação da agricultura e dos agricultores**, enfatizando que *"a nossa responsabilidade é ouvir e ver como podemos dar respostas satisfatórias e convincentes."* Notou que os agricultores *"são actores fundamentais para a nossa segurança e soberania alimentar, e também para a transição climática."*, afirmando que questões como *"um rendimento justo, os esforços para reduzir a burocracia que os sufoca, a questão de condições de concorrência equitativas"* devem ser seriamente consideradas.

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen (discurso [aqui](#) e [aqui](#)), começou por referir que *"Em qualquer luta, é sempre o lado que luta por algo que tem um poder superior do seu lado."*, afirmando que *"Há dois anos, Putin e a Rússia iniciaram uma guerra contra algo, uma guerra contra a Ucrânia (...) e as suas aspirações europeias."* e, *"ao fazê-lo, Putin iniciou uma luta contra todos nós (...) contra tudo aquilo que defendemos há mais de 70 anos."* Neste âmbito, afirmou que o acordo sobre um pacote de ajuda de 50 mil milhões de euros para a Ucrânia proporciona uma forte previsibilidade para o país nos próximos quatro anos. *"É isto que significa estar ao lado da Ucrânia durante o tempo que for necessário"*.

Assinalou que *"O contraste com o que se passava há apenas dez anos atrás não podia ser mais gritante. Nessa altura, um regime pró-Rússia na Ucrânia estava a aprovar leis autoritárias e a matar manifestantes nas ruas. Hoje, o país acaba de se dotar de nova legislação para alargar os direitos das minorias nacionais, melhorar o*

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE.

sistema judicial e assegurar o controlo e o equilíbrio do poder.” (...) e foram estas as razões que levaram a UE “a lançar as negociações de adesão.”

Sobre a primeira revisão de sempre do orçamento de longo prazo da UE, a Presidente da Comissão sublinhou que a UE dispõe agora dos recursos financeiros necessários para fazer face a alguns dos desafios que enfrenta nesta década, manifestando a satisfação *“por termos conseguido 80% do financiamento que tínhamos pedido”*, destacando o acordo sobre o Mecanismo de Financiamento da Ucrânia, no valor de 50 mil milhões de euros.

Finalmente, deu nota de que *“enquanto o Conselho Europeu estava em sessão, os agricultores de toda a Europa estavam a sair para as ruas.”* e que *“Muitos deles sentem-se empurrados para um canto”* e que *“são os primeiros a sentir os efeitos das alterações climáticas”*, razões pelas quais *“Ihes devemos apreço, agradecimento e respeito.”*

Assinalou que *“os nossos agricultores merecem ser ouvidos. Sei que eles estão preocupados com o futuro da agricultura e com o seu futuro enquanto agricultores. Mas também sabem que a agricultura precisa de avançar para um modelo de produção mais sustentável, para que as suas explorações continuem a ser rentáveis nos próximos anos.”* Neste âmbito, recordou o lançamento do *“Diálogo Estratégico sobre o Futuro da Agricultura na União Europeia”* com *“um vasto leque de representantes do sector agrícola, dos jovens agricultores, das comunidades rurais,”* etc. A Presidente da Comissão indicou que o **relatório** a elaborar no âmbito do **diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na União Europeia** será apresentado até ao **final do verão**. Os resultados e as recomendações deste diálogo serão discutidos no Parlamento e com os Estados-Membros e *“constituirão a base da nossa futura política agrícola”*, concluiu.

Considerou que *“Há muita coisa em jogo para todos nós. O nosso sistema europeu de produção alimentar é único”* reconhecendo que *“Uma proteção eficaz da natureza deve oferecer incentivos generosos à intervenção”,* que *“os agricultores precisam de um argumento comercial válido para as medidas de proteção da natureza”* e que *“talvez não o tenhamos feito de forma convincente.”*

Neste âmbito, recordou que *“a Comissão propôs a SUR, que é o objetivo meritório de reduzir os riscos dos produtos fitofarmacêuticos químicos. Mas a proposta SUR tornou-se um símbolo de polarização. Foi rejeitada pelo Parlamento Europeu. Também no Conselho já não se registam progressos. Por isso, temos de fazer alguma coisa. É por isso que vou propor ao Colégio que retire esta proposta. Mas, evidentemente, o tema mantém-se. E, para avançar, é necessário mais diálogo e uma abordagem diferente. Nesta base, a Comissão poderia apresentar uma nova proposta com um conteúdo muito mais amadurecido e com as partes interessadas em conjunto.”*

No debate, os Deputados dos grupos maioritários reiteraram que a defesa da Ucrânia é a defesa da Europa, manifestando o seu apoio inabalável ao país e observando que a entrega de armas e munições deve ser acelerada.

Sobre a questão agrícola, a maioria dos Deputados referiu a necessidade de encontrar um equilíbrio uma nova abordagem para a política agrícola comum da UE e para a futura legislação relativa à transição ecológica, sublinhando o duplo objetivo de garantir os meios de subsistência dos agricultores e assegurar a produção alimentar da UE. Vários alertaram contra as vozes populistas que procuram politizar este problema complexo.

Sobre este tema, aproveitamos para dar nota de um estudo recente do Instituto Jacques Delors sobre **“O Pacto Ecológico Europeu europeu face ao aumento do populismo de direita radical”**, disponível [aqui](#).

Debate sobre a situação dos agricultores e preços dos produtos agrícolas

No seguimento dos protestos dos agricultores um pouco por toda a Europa, de que demos nota na Síntese [anterior](#), os Deputados debateram o modo como responder às exigências dos agricultores e das comunidades rurais em toda a Europa e a forma de promover uma agricultura da UE com melhores salários. Recorde-se que a situação socioeconómica dos agricultores e das zonas rurais foi tema de [debate na sessão plenária anterior, a 17 de janeiro](#), com destaque para a garantia de uma transição justa, da segurança alimentar e de preços justos.

No debate realizado a 7 de fevereiro, os Deputados manifestaram união quanto à necessidade de assegurar um rendimento digno aos agricultores e de garantir que os produtos importados cumprem as mesmas normas que as aplicadas na UE. O grupo PPE considerou ter sido o primeiro a alertar para estes desafios, tendo Manfred Weber (PPE, Alemanha) considerado que a Política Agrícola Comum (PAC) não é uma subdivisão da política ambiental e que estes problemas não devem ser abordados de um ponto de vista ideológico. Concluiu, referindo que os agricultores sabem que "somos o seu melhor defensor".

Iratxe García Pérez (S&D, Espanha) começou por lamentar as críticas que a França e a Hungria fizeram sobre a PAC, pedindo à Comissão que indemnize os transportadores espanhóis e italianos que foram vítimas dos ataques em França. Defendeu, ainda, a manutenção das ajudas aos agricultores em dificuldades e a aplicação da diretiva contra as práticas comerciais desleais, considerando que a UE não deve sacrificar os seus acordos comerciais com países terceiros.

Jérémy Decerle (Renew Europe, França) referiu que "*Os agricultores não estão à procura de culpados, mas sim de soluções*", e Pascal Canfin (Renew Europe, França) sugeriu que se chegasse a um consenso em torno de três questões fundamentais: os rendimentos, a transição ecológica e a luta contra a concorrência desleal e a necessidade de proteger a agricultura da UE.

Philippe Lamberts (Verdes/ALE, Bélgica) considera que o "*Pacto Verde Europeu*" não é o culpado, responsabilizando o sistema económico, "*que esmaga os agricultores*", mas também os acordos de comércio livre. Criticou ainda o que considerou ser uma PAC produtivista, destinada a impedir qualquer progresso na transição ecológica.

Pela Comissão Europeia, não esteve presente o Comissário responsável pela agricultura, mas antes Maroš Šefčovič, Vice-Presidente da Comissão Europeia responsável pelo Pacto Ecológico Europeu, considerando que "*a agricultura e a natureza devem andar de mãos dadas*", convidando as partes interessadas a debater o diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura da UE, a fim de encontrar "um consenso" sobre o futuro desta política.

No final do debate, Šefčovič falou da complexidade das questões em jogo e da necessidade de trabalhar em conjunto para encontrar soluções construtivas, de modo a "*ultrapassar a polarização dos nossos debates*". Enfatizou a necessidade de garantir os rendimentos dos agricultores e proteger aqueles que produzem de forma sustentável, "*sem cair na armadilha das importações baratas de países terceiros*".

Em nome da Presidência belga do Conselho, Hadja Lahbib, Ministra dos Negócios Estrangeiros do país, confirmou que no próximo Conselho "Agricultura" de segunda-feira, 26 de fevereiro, os ministros poderão pronunciar-se sobre as medidas propostas pela Comissão e avaliar "*a necessidade de medidas adicionais*". Notou que a PAC tem um papel essencial a desempenhar, mas que as regras devem ser actualizadas para ter em conta os objectivos fundamentais de garantir a segurança alimentar e a remuneração justa dos agricultores. Finalizou, referindo que "*A agricultura deve ser sustentável para o planeta e para aqueles que a cultivam*".

Importa, ainda, dar nota de que o PE aprovou esta semana ([aqui](#)) a sua posição para as negociações com os Estados-Membros sobre a [proposta da Comissão](#) relativa a novas técnicas genómicas (NTG), que alteram o material genético de um organismo, com 307 votos a favor, 263 votos contra e 41 abstenções.

O objetivo é tornar o sistema alimentar mais sustentável e resiliente, desenvolvendo variedades vegetais melhoradas que sejam resistentes ao clima e às pragas e que proporcionem rendimentos mais elevados ou necessitem de menos fertilizantes e pesticidas.

Acordo entre a UE e Angola para facilitação do investimento sustentável

O Parlamento Europeu aprovou (488 votos a favor, 39 votos contra e 108 abstenções) o primeiro Acordo de Facilitação do Investimento Sustentável entre a UE em Angola, que visa reforçar o investimento e o comércio sustentáveis (detalhe [aqui](#)).

Os principais elementos do acordo incluem: a publicação de todas as leis e condições de investimento melhorias na responsabilização dos organismos públicos, o reforço da segurança jurídica em todos os sectores, a promoção da utilização de um portal de informação único para os investidores, a simplificação dos procedimentos de autorização de investimento, o estabelecimento de um diálogo com a sociedade civil, a promoção de práticas empresariais responsáveis e a aplicação de acordos internacionais em matéria de trabalho e ambiente, como o Acordo de Paris. A UE prestará apoio técnico para pôr em prática o acordo.

O acordo visa igualmente ajudar Angola a diversificar o seu modelo económico, atualmente baseado nas matérias-primas e nos recursos energéticos. O acordo está em consonância com os esforços da UE para reforçar as relações comerciais e de investimento sustentáveis com os países africanos.

As negociações entre a UE e Angola foram concluídas em 18 de novembro de 2022 e o acordo foi assinado em 17 de novembro de 2023. De acordo com a [Comissão Europeia](#), Angola é o sexto destino de investimento africano da UE, com 7% dos investimentos diretos estrangeiros naquele continente. A UE é o principal parceiro comercial e de investimento de Angola.

Estado de direito na Grécia

O Parlamento Europeu adotou uma [resolução](#) (330 votos a favor, 254 contra e 26 abstenções) em que manifesta a sua **profunda preocupação com as ameaças muito graves à democracia, ao Estado de direito e aos direitos fundamentais na Grécia**, instando a Comissão Europeia a atuar (detalhe [aqui](#)). No que diz respeito ao pluralismo dos meios de comunicação social e à segurança dos jornalistas, o PE assinala a falta de progressos na investigação do assassinato de George Karaivaz em abril de 2021, denunciando que os jornalistas estão sujeitos a ameaças físicas e agressões verbais, violações da sua privacidade com spyware e processos judiciais abusivos. O Parlamento está igualmente preocupado com a independência da autoridade reguladora nacional do audiovisual, a concentração dos meios de comunicação social nas mãos de oligarcas e a distribuição de subsídios estatais.

No que diz respeito ao *spyware*, o PE condena a instrumentalização das "ameaças à segurança nacional" para efetuar escutas telefónicas a opositores políticos, incluindo deputados europeus. Em resposta ao chamado "Predatorgate", os Deputados exigem que as salvaguardas democráticas sejam reforçadas e apelam a investigações efetivas com a ajuda da Europol, e solicitam que seja revertida a legislação que colocou os serviços de informação sob o controlo direto do Primeiro-Ministro. Tendo em conta o que precede, o PE apela à Comissão Europeia para utilizar plenamente os instrumentos disponíveis para fazer face às violações dos valores da UE na Grécia, incluindo a avaliação da utilização dos fundos ao abrigo do regulamento relativo à condicionalidade do Estado de direito.

Outros debates

- [Resolução sobre ingerência estrangeira](#) (Rússia e Deputados ao PE)
- [Decisão da Noruega de explorar fundo marinho do Ártico](#)
- [This is Europe, com o Presidente da Roménia](#)
- Debate sobre o [alcance da ingerência russa na UE](#)
- [Venezuela: Parlamento condena ataques a candidata da oposição às presidenciais](#)
- [Estratégia para a igualdade LGBTQ+: Parlamento pede mais ação a nível da UE](#)

2. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL E APOIO À UCRÂNIA - ACORDO

QFP 2021-27

No seguimento do Conselho Europeu de dia 1 de fevereiro (cfr. Ponto 1, *supra*), os negociadores do PE e do Conselho da UE chegaram a um acordo político sobre o reforço do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da UE (detalhe [aqui](#)). Recorde-se que [QFP](#) estabelece os limites anuais (limites máximos de despesa) para as autorizações da UE em diferentes domínios de intervenção (grandes categorias de despesas denominadas "rubricas") e para os pagamentos anuais globais durante um período de sete anos. O [atual quadro para 2021-2027](#) foi adotado em 2020. A Comissão Europeia propôs uma [revisão intercalar em 20 de junho de 2023](#).

Esta atualização permitirá responder à evolução das necessidades e circunstâncias imprevistas, incluindo as lacunas de financiamento, fornecendo uma solução estrutural para os custos de empréstimos do NextGenerationEU e assegurar uma solução de financiamento estável para a Ucrânia.

Este acordo político provisório ainda tem de ser formalmente aprovado pelo Conselho da UE e pelo Parlamento Europeu, estando a votação prevista para a sessão plenária de 26-29 de fevereiro.

Os principais elementos acordados são:

- o **Mecanismo de Apoio à Ucrânia** inclui 50 mil milhões de euros de empréstimos (33 mil milhões de euros) e subvenções (17 mil milhões de euros);
- para a **migração e os desafios externos**, a revisão do orçamento atribui um montante adicional de 2 mil milhões de euros para a migração e a gestão das fronteiras e 3,1 mil milhões de euros para apoiar as prioridades nas regiões vizinhas da UE e a nível mundial. Serão reafectados mais 4,5 mil milhões de euros de outros programas da UE no domínio da política externa;
- A **preparação da UE para situações de crise** e a sua flexibilidade orçamental são reforçadas com mais 3,5 mil milhões de euros. Além disso, a iniciativa STEP recebe 1,5 mil milhões de euros especificamente para a sua componente de investimento na defesa. As prioridades reforçadas são cobertas através de uma combinação de novas verbas e de fundos reafectados de outros programas;
- a revisão do orçamento introduz um **mecanismo para fazer face à escalada dos custos** associados ao reembolso do Next Generation EU, num contexto de subida das taxas de juro. Este mecanismo protegerá programas como o Erasmus+ ou o financiamento de infra-estruturas transfronteiriças de transportes e energia, de cortes e salvaguardará as opções de flexibilidade, caso os custos ultrapassem o que foi inicialmente orçamentado. O novo mecanismo inclui a utilização de dinheiro não gasto que, de outra forma, seria perdido para o orçamento da UE e um mecanismo de apoio com contribuições adicionais dos Estados-Membros, se necessário.

Johan Van Overtveldt (ECR, BE), Presidente da Comissão dos Orçamentos, considerou que *"A revisão do QFP (...) constitui uma resposta responsável da autoridade orçamental da UE aos desafios actuais. Mas isto só pode ser um ponto de partida para um repensar profundo no que diz respeito à ação da UE no futuro, uma vez que, por exemplo, a guerra na Ucrânia vai exigir mais esforços nos próximos tempos. Lamento também profundamente os cortes incluídos nos fundos para o Horizonte Europa, o nosso bem sucedido programa comum de investigação e desenvolvimento. (...)"*

Jan Olbrycht (PPE, PL), co-relator do QFP, congratulou-se *"com o acordo (...) permitindo que os cidadãos da União beneficiem de uma implementação ininterrupta e sólida das políticas da UE a longo prazo. (...)"* enfatizando que *"as melhorias estruturais no orçamento da UE foram essenciais para acomodar o aumento dos custos da dívida do Next Generation EU, os desafios da migração e para aumentar a flexibilidade, garantindo respostas rápidas a eventos inesperados."*

Margarida Marques (S&D, PT), co-relatora do QFP referiu que *"Temos um acordo sobre uma verdadeira revisão do QFP. Um acordo que não só fornece ajuda aos ucranianos a partir do orçamento da UE, mas no qual reforçamos a nossa capacidade de responder às exigências dos cidadãos da UE. Temos sérios desafios pela frente e,*

mesmo que tivéssemos preferido uma revisão ainda mais ambiciosa e abrangente, o acordo de hoje dota a União de mais capacidade de resposta do que antes. Damos um primeiro passo no sentido de reforçar a autonomia estratégica da UE e dispomos de mais meios para fazer face à migração - nomeadamente através do novo Pacto para a Migração - e de mais ajuda humanitária."

Mecanismo de Apoio à Ucrânia e STEP

Como referido, esta revisão integrará igualmente o [Mecanismo de Apoio à Ucrânia](#), e a "[Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa](#)" (STEP), que também foram objeto de acordo esta semana.

Esta Plataforma mobilizará investimentos nos domínios das tecnologias digitais e profundas, das tecnologias limpas e da biotecnologia, com o objetivo geral de reforçar a soberania e a competitividade a longo prazo da UE em tecnologias críticas. Através de uma combinação de incentivos financeiros e de medidas destinadas a facilitar o financiamento de projectos, a plataforma disponibilizará fundos para apoiar as tecnologias críticas ao abrigo dos programas e fundos da UE existentes, incluindo os fundos da política de coesão, o InvestEU, o Horizonte Europa, o Fundo Europeu de Defesa, o Fundo de Inovação e o Mecanismo de Recuperação e Resiliência. A fim de reforçar a capacidade de investimento no sector da defesa, será atribuído um montante adicional de 1,5 mil milhões de euros ao Fundo Europeu de Defesa.

No âmbito do STEP, será atribuído um selo de soberania aos projectos que contribuam para os objectivos do STEP, como um rótulo de qualidade que os ajude a aceder ao financiamento da UE e a atrair outros investimentos. Será também criado um Portal da Soberania como balcão único para oportunidades de financiamento de projectos relacionados com o STEP.

3. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - REGULAMENTO

Em dezembro passado, a Presidência do Conselho e os negociadores do PE alcançaram um **acordo provisório sobre o [Regulamento Inteligência Artificial](#)**. Esta semana, este acordo foi aprovado pelo Comité de Representantes Permanentes (COREPER) e deverá também ser aprovado, brevemente, pelo Plenário do PE.

O Regulamento Inteligência Artificial é uma iniciativa emblemática e pioneira a nível global, com potencial para promover o desenvolvimento e a adoção de uma IA segura e fiável em todo o mercado único. A filosofia de base consiste em regulamentar a IA com base na sua capacidade para causar danos à sociedade, seguindo uma abordagem "baseada no risco": quanto maior for o risco, mais rigorosas serão as regras.

Em termos mais concretos, o acordo provisório incide sobre os seguintes aspetos:

- **Definições e âmbito de aplicação:** a definição de um sistema de IA é harmonizada segundo a abordagem proposta pela [OCDE](#)². Além disso, o Regulamento Inteligência Artificial não se aplicará a sistemas utilizados exclusivamente para fins militares ou de defesa.
- **Classificação de sistemas de IA como sendo de risco elevado e práticas de IA proibidas:** prevê-se uma camada horizontal de proteção, incluindo uma classificação de risco elevado, a fim de assegurar que não sejam englobados os sistemas de IA que não sejam suscetíveis de acarretar violações graves dos direitos fundamentais ou outros riscos significativos.

No caso de certas utilizações da IA, o risco é considerado inaceitável, pelo que tais sistemas serão proibidos na UE. O acordo provisório proíbe, por exemplo, a manipulação cognitiva-comportamental, a recolha não seletiva

² No número 1 do artigo 3.º, define-se IA como "a machine-based system designed to operate with varying levels of autonomy and that may exhibit adaptiveness after deployment and that, for explicit or implicit objectives, infers, from the input it receives, how to generate outputs such as predictions, content, recommendations, or decisions that can influence physical or virtual environments."

de imagens faciais da Internet ou de imagens de CCTV, o reconhecimento de emoções no local de trabalho e nos estabelecimentos de ensino, a classificação social, a categorização biométrica para inferir dados sensíveis, como a orientação sexual ou as convicções religiosas, e alguns casos de policiamento preditivo de pessoas singulares.

- **Exceções em matéria de aplicação da lei:** tendo em conta as especificidades das autoridades responsáveis pela aplicação da lei e a necessidade de preservar a sua capacidade de utilizar a IA no seu trabalho essencial, foram acordadas várias alterações à proposta da Comissão no que respeita à utilização de sistemas de IA neste domínio.
- **Sistemas de IA de finalidade geral e modelos de base:** foram adotadas novas disposições para ter em conta as situações em que os sistemas de IA possam ser utilizados para muitos fins diferentes (IA de finalidade geral) e em que a tecnologia de IA de finalidade geral seja posteriormente integrada noutro sistema de risco elevado. O acordo provisório incide igualmente sobre os casos específicos dos sistemas de IA de finalidade geral.
- **Uma nova arquitetura de governação:** é criado na Comissão um Serviço IA incumbido de supervisionar os modelos de IA mais avançados, contribuir para a promoção de normas e práticas de ensaio e aplicar as regras comuns em todos os Estados-Membros.
- **Sanções:** as coimas por violação do Regulamento foram fixadas numa percentagem do volume de negócios anual a nível mundial da empresa infratora, no seu exercício financeiro anterior, ou num montante predeterminado, consoante o que for mais elevado.
- **Transparência e proteção dos direitos fundamentais:** O acordo provisório prevê uma avaliação de impacto sobre os direitos fundamentais antes de um sistema de IA de risco elevado ser colocado no mercado pelos responsáveis pela sua implantação.
- **Medidas de apoio à inovação:** com vista a criar um quadro jurídico mais favorável à inovação, esclareceu-se que os ambientes de testagem da regulamentação da IA, que deverão vir a criar um ambiente controlado para o desenvolvimento, a testagem e a validação de sistemas inovadores de IA, deverão também permitir testar sistemas inovadores de IA em condições reais.

O acordo provisório prevê que o Regulamento IA **seja aplicável dois anos após a sua entrada em vigor**, com algumas exceções para disposições específicas.

O *Político* publicou este semana um guia explicativo sobre este Regulamento, disponível [aqui](#).

4. COMBATE DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES - ACORDO POLÍTICO³

Os co-legisladores da UE chegaram a um **acordo provisório sobre as regras para combater a violência baseada no género e proteger as suas vítimas**, especialmente as mulheres e as vítimas de violência doméstica (detalhe [aqui](#) e processo legislativo [aqui](#)).

Este acordo informal sobre a proposta de Diretiva alcançado pelos negociadores do Parlamento e do Conselho esta semana inclui medidas para prevenir a violação, regras mais rigorosas para a violência cibernética e melhor apoio às vítimas. Pela primeira vez, haverá regras a nível da UE sobre a criminalização de certas formas de violência baseada no género e um melhor acesso à justiça, à proteção e à prevenção. Os Estados-Membros terão como objetivo aumentar a sensibilização para o facto de o sexo não consensual ser considerado uma infração penal.

A nova legislação incluirá também:

- uma **lista mais longa de circunstâncias agravantes para as infracções**, incluindo crimes contra uma figura pública, um jornalista ou um defensor dos direitos humanos, a intenção de punir as vítimas

³ Fonte: serviço de imprensa do PE.

pela sua orientação sexual, sexo, cor da pele, religião, origem social ou convicções políticas e a intenção de preservar ou restaurar a "honra";

- **regras contra a mutilação genital feminina** e o casamento forçado;
- regras específicas para os **crimes em linha**, incluindo a divulgação de material íntimo e o cyberflashing;
- melhores procedimentos para a **segurança e a saúde das vítimas**, tendo em conta a discriminação intersectorial e o acesso aos cuidados de saúde, incluindo os serviços de saúde sexual e reprodutiva; e
- reforço da **comunicação e da recolha de provas** pelas autoridades.

O PE solicita à Comissão que apresente um relatório de 5 em 5 anos sobre a necessidade de rever as regras. Os Estados-Membros têm três anos para implementar as disposições.

5. REGULAMENTO INDÚSTRIA DE IMPACTO ZERO - ACORDO POLÍTICO

O Conselho e o Parlamento Europeu chegaram esta semana a um acordo provisório sobre o regulamento que estabelece um quadro de medidas para reforçar o ecossistema europeu de fabrico de produtos de tecnologia "net-zero", mais conhecido por "**Lei da Indústria de impacto zero**" (NZIA, detalhe [aqui](#)). Está disponível uma infografia sobre este regulamento, [aqui](#). O regulamento visa impulsionar a implantação industrial das tecnologias de emissões líquidas nulas necessárias para alcançar os objectivos climáticos da UE, utilizando a força do mercado único para reforçar a liderança da Europa nas tecnologias verdes industriais. Nos termos do acordo, haverá uma lista única de tecnologias de emissões líquidas nulas, com critérios de seleção de projectos estratégicos nas tecnologias que melhor contribuirão para a descarbonização. Este Regulamento é uma das três principais iniciativas legislativas do Plano Industrial do Pacto Ecológico, juntamente com a Lei das Matérias-Primas Críticas e a reforma da conceção do mercado da eletricidade, para reforçar a competitividade da indústria europeia de produção líquida zero e apoiar uma rápida transição para a neutralidade climática.

6. COMISSÃO EUROPEIA - REDUÇÃO DE EMISSÕES ATÉ 2040

A Comissão publicou esta semana uma [Comunicação sobre uma meta recomendada de redução das emissões para 2040](#), bem como a respetiva [Avaliação de impacto](#), com as possíveis vias para alcançar o objetivo acordado de alcançar a neutralidade climática da União Europeia até 2050. Deste modo, a Comissão recomenda uma redução de 90 % das emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2040, em comparação com os níveis de 1990, lançando um debate com todas as partes interessadas, sendo que caberá à próxima Comissão apresentar uma proposta legislativa neste sentido, após as eleições europeias, tal como exigido pela [Lei Europeia em matéria de Clima](#). A presente recomendação está em consonância com o parecer do Conselho Consultivo Científico Europeu sobre as Alterações Climáticas, de que demos nota na Síntese n.º [191](#) (ponto 5). Estão disponíveis as [Perguntas e Respostas](#), bem como a [Ficha informativa](#) e a [Página Web — Meta climática para 2040](#).

A comunicação estabelece uma série de condições políticas favoráveis que são necessárias para alcançar o objetivo de 90 %: a plena aplicação do quadro acordado para 2030, assegurando a competitividade da indústria europeia, uma maior ênfase numa transição justa que não deixe ninguém para trás, condições de concorrência equitativas com os parceiros internacionais e um diálogo estratégico sobre o quadro pós-2030, nomeadamente com a indústria e o setor agrícola.

O ponto de partida é a plena aplicação da legislação em vigor para reduzir as emissões em, pelo menos, 55 % até 2030, sendo que a [atualização em curso dos projetos de planos nacionais em matéria de energia e clima \(PNEC\)](#) é um elemento fundamental para acompanhar os progressos. A consecução da meta de 90 % recomendada exigirá reduções das emissões e remoções de carbono. Exigirá a implantação de tecnologias de captura e armazenamento de carbono, bem como a utilização do carbono capturado na indústria. A [estratégia industrial de gestão do carbono da UE](#) apoiará o desenvolvimento das cadeias de abastecimento de CO2 e das

infraestruturas de transporte de CO₂ necessárias. A captura de carbono deve ser orientada para setores em que as alternativas são menos viáveis do ponto de vista económico.

7. COMISSÃO EUROPEIA - GESTÃO DO CARBONO INDUSTRIAL

A Comissão adotou esta semana uma [comunicação sobre a gestão](#) industrial do carbono, que fornece pormenores sobre a forma como estas tecnologias podem contribuir para reduzir as emissões em 90 % até 2040 e alcançar a neutralidade climática até 2050 (detalhe [aqui](#)).

A comunicação identifica um conjunto de ações a empreender a nível nacional e da UE para permitir a implantação destas tecnologias e a infraestrutura necessária para criar um mercado único para o CO₂ na Europa nas próximas décadas. A Comissão iniciará os trabalhos preparatórios sobre um eventual futuro pacote regulamentar de transporte e armazenamento de CO₂, que considere questões como a estrutura do mercado e dos custos, o acesso de terceiros, as normas de qualidade de CO₂ ou os incentivos ao investimento para novas infraestruturas. O Centro Comum de Investigação (JRC) da Comissão publicou um [relatório](#) sobre a futura rede de transporte de CO₂ para a Europa e as necessidades de investimento conexas. A Comissão avaliará igualmente os volumes de CO₂ que têm de ser removidos diretamente da atmosfera (remoções industriais de carbono) para cumprir as ambições da UE em matéria de redução das emissões para 2040 e 2050.

Para que os projetos industriais de gestão do carbono ocorram no terreno, a Comissão apresenta uma série de ações horizontais suscetíveis de criar um ambiente mais atrativo para os investimentos, em três eixos: i) **Investimento e financiamento**, ii) **Investigação, inovação e sensibilização do público**; iii) **Cooperação internacional**

Mais informações estão disponíveis na secção de [Perguntas e Respostas](#), na [Ficha informativa](#), e na página dedicada de [Captura, armazenamento e utilização de carbono](#).

8. COMISSÃO - LEGISLAÇÃO SOBRE ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS

A Comissão adotou esta semana uma **proposta para atualizar as disposições de direito penal em matéria de abuso e exploração sexual de crianças**, que alargam as definições das infrações e introduzem sanções mais severas e requisitos mais específicos para a prevenção destes crimes e a assistência às vítimas (detalhe [aqui](#)). As disposições complementam a [proposta de regulamento](#) apresentada pela Comissão em 2022, que impõe, às empresas da Internet, a obrigação de detetarem, denunciarem e removerem conteúdos relacionados com o abuso sexual de crianças veiculados pelos seus serviços.

As atuais regras da UE neste domínio foram acordadas em 2011 e devem ser atualizadas de modo a que seja possível dar resposta aos desenvolvimentos mais recentes e reforçar a prevenção e a proteção das vítimas. A proposta tem por objetivos principais:

- **Alargar a definição de crimes** relacionados com o abuso sexual de crianças em todos os Estados-Membros: e.g. a transmissão, em direto, de abusos sexuais de crianças e a posse e intercâmbio de manuais pedófilos. As novas disposições abrangem material relacionado com abusos sexuais de crianças em *deep fakes* ou em material gerado pela IA.
- **Reforçar a ação penal e as medidas de prevenção e apoio**: prolongamento o prazo durante o qual as vítimas podem denunciar os abusos sexuais de que foram vítimas e intentar uma ação contra os autores desses crimes.
- **Reforçar as medidas de prevenção**: Os Estados-Membros deverão também intensificar as suas ações de sensibilização, especialmente para os riscos em linha, a fim de assegurar uma Internet mais segura e mais adaptada às crianças e aos jovens.

9. DESINFORMAÇÃO - STRATCOM E RÚSSIA

Num ano particularmente importante em termos de eleições na Europa e no mundo, damos nota do trabalho da **Task Force East StratCom** do Serviço Europeu de Ação Externa e da sua revista [EUvsDisinfo](#).

Este serviço foi criado em 2015 para melhor prever, abordar e responder às atuais campanhas de desinformação da Federação Russa que afetam a União Europeia, os seus Estados-Membros e os países da vizinhança comum. O principal objetivo da EUvsDisinfo é aumentar a sensibilização e a compreensão do público para as operações de desinformação do Kremlin e ajudar os cidadãos da Europa e de outros países a desenvolver resistência à informação digital e à manipulação dos meios de comunicação social.



Todas as quintas-feiras (subscrição [aqui](#)), a Revista EUvsDisinfo traz os casos mais recentes de artigos noticiosos com exemplos-chave de como a desinformação pró-Kremlin encontra o seu caminho nos meios de comunicação internacionais, bem como notícias e análises sobre o tema. Utilizando serviços de análise de dados e de monitorização dos meios de comunicação social em 15 línguas, o EUvsDisinfo identifica, compila e expõe casos de desinformação com origem em meios de comunicação social pró-Kremlin que se espalham pela UE e pelos países da Parceria Oriental. A partir de 2019, este trabalho também revela casos de desinformação espalhados nos Balcãs Ocidentais e na vizinhança meridional da UE. Estes casos (e as respetivas respostas) são recolhidos na [base de dados EUvsDisinfo](#) - o único repositório pesquisável e de fonte aberta do género - que inclui atualmente mais de 12 000 amostras de desinformação pró-Kremlin. Esta equipa está também fortemente envolvida em ações de sensibilização do público e dos governos, através de informações e formação às instituições da UE, aos governos dos Estados-Membros, aos jornalistas e às organizações da sociedade civil.

Sobre matéria conexa, referimos a [entrevista dada pelo Presidente da Federação Russa](#), Vladimir Putin, a Tucker Carlson no dia 6, disponível [aqui](#) e analisada [aqui](#), e que foi a primeira deste género desde a invasão da Ucrânia.

10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos ministros da Coesão

No dia 6 de fevereiro, realizou-se em Mons a reunião informal dos ministros responsáveis pela política de coesão (detalhe [aqui](#)), em que os Ministros chegaram a acordo sobre directrizes ambiciosas e coerentes para o futuro da política de coesão na Europa após 2027. A reunião foi presidida pelo Ministro-Presidente da Valónia, Elio Di Rupo, contando com a presença de Elisa Ferreira, Comissária para a Coesão e as Reformas, Nicolas Schmit, Comissário para o Emprego e os Direitos Sociais, e representantes de outras instituições europeias (Comité Económico e Social Europeu, Comité das Regiões Europeu e Banco Europeu de Investimento). Enrico Letta, que foi encarregado pelo Conselho Europeu de elaborar um relatório sobre o futuro do mercado interno, também participou na reunião, sublinhando o facto de a política de coesão e o mercado interno estarem indissociavelmente ligados.

Os debates centraram-se no futuro da política de coesão na Europa enquanto principal política de investimento a longo prazo, face ao atual contexto em que as desigualdades aumentam e as tensões sociais se acentuam. A Presidência belga tenciona basear-se nas conclusões desta reunião, bem como nas reflexões desenvolvidas em paralelo pela Comissão Europeia, para elaborar orientações para a política de coesão pós-2027.

Reunião informal dos ministros da Competitividade (Mercado Interno e Indústria)

A reunião informal (detalhe [aqui](#)), que incluiu ministros da Islândia, do Liechtenstein, da Noruega e da Suíça, foi dedicada à reflexão sobre a forma de avançar para uma indústria europeia mais resistente e competitiva, bem como sobre o futuro do mercado único. Os principais pontos da agenda eram os desafios para o mercado único e para a indústria, nomeadamente a transição para a neutralidade climática e a liderança digital da UE com um mercado único reforçado. Com base nas várias iniciativas que a Comissão Europeia propôs recentemente neste domínio (Regulamento Circuitos Integrados Europeus, Lei das Matérias-Primas Críticas e o Instrumento de Emergência do Mercado Único, e.g.), a questão que a Presidência colocou foi a de saber se a UE precisa de uma estratégia global capaz de fazer face a crises futuras.

Considera-se que é necessária a construção de uma política europeia proactiva e ambiciosa, reduzindo as dependências estratégicas, intensificando a coesão social e salvaguardando o bem-estar dos cidadãos. As sessões de trabalho abordaram três questões concretas: i) o reforço dos contratos públicos estratégicos, ii) o conceito de autonomia estratégica aberta (AEA); e iii) a redução das dependências estratégicas e a ligação entre a indústria e a inovação. Após estes dois dias de debate, a Presidência belga tem por objetivo formular recomendações políticas bem fundamentadas, que serão transmitidas à nova Comissão Europeia, que será nomeada no segundo semestre de 2024.

11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada às reuniões das [Comissões parlamentares do PE](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia [14 de fevereiro](#), com destaque para o *Relatório anual sobre o mercado único e a competitividade*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 12 de fevereiro: [Reunião informal dos ministros do Desenvolvimento](#)
- 14 e 15 de fevereiro: [Reunião informal dos ministros da Competitividade \(Investigação\)](#)

Cooperação interparlamentar

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência belga do Conselho da UE, terá lugar no Parlamento Europeu em Bruxelas a *Semana parlamentar europeia: Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governação Económica na União Económica e Monetária (artigo 13.º do TECG) e Conferência sobre o Semestre Europeu*. A Assembleia da República estará representada por uma delegação composta pelos Senhores Deputados Fernando José (PS) e Helga Correia (PSD), pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, Carlos Brás (PS) e Paulo Ramalho (PSD), pela Comissão de Assuntos Europeus, e Deputado Diogo Cunha (PS), Deputada Rosina Ribeiro Pereira (PSD), e João Cotrim De Figueiredo (IL), pela Comissão de Orçamento e Finanças. O detalhe desta reunião está disponível [aqui](#).

Bruxelas | 9 de fevereiro de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).